



# Anais da Assembléia

Nº 175

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 255ª SESSÃO ORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA.—  
REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 1975  
SEXTA FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Mauricio Fruet.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Algreto Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basilio Zanusso, David Federmann Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otásio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (32): achando-se ausentes os Srs. Deputados Accioly Neto, Dácio Leonel, Domicio Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quiêlse Crisóstomo, Waldenício e Wilson Fortes (22)."

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO.— Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o plenário, requer:

Seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, expediente no sentido de exigir daquele Ministério, rigorosa fiscalização, quanto ao cumprimento dos preços mínimos estabelecidos para o hortelã, na região oeste do Paraná, mais precisamente no município de Palotina.

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, os prejuízos causados aos produtores de hortelã, devido o não cumprimento de normas governamentais que estabelece preços mínimos para o hortelã na região de Palotina, por parte das firmas compradoras do referido produto, além de não pagarem os preços mínimos, as firmas compradoras, ainda descontam 5 por cento de impureza, causando mal estar e desestímulo aos lavradores daquela região.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1975.—

a) LÁZARO DUMONT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o plenário, seja que enviado expedientes ao Ministro da Fazenda e às Comissões de Finanças do Congresso Nacional, formulando protesto pela falta de medidas do Governo Federal, na contenção dos abusos que vêm sendo praticados no setor de serviços de crédito ao consumidor, principalmente com relação às companhias de serviços fiduciários-financeiros.

É uma incoerência e até um desrespeito do Governo para com o povo brasileiro, quando o Senhor Ministro da Fazenda apregoa abertamente a "possível necessidade" de se estabelecer normas para recessão econômica e, o povo fica à mercê de malsinadas empresas de crédito e de companhias de financiamento que solapam a já desequilibrada economia popular. A recessão precisa começar com atitudes inflexíveis do Ministério da Fazenda, cancelando de vez a operação dos espoliadores do povo.

Já não basta a desumana e aviltante presença dos intermediários, que fazem uma geladeira que sai da fábrica a Cr\$ 500,00, (quinhentos cruzeiros) chegar à cozinha do consumidor ao preço de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). É preciso, Senhor Ministro e Senhores Senadores e Deputados Federais, estudar a fundo e com mais amor ao bem comum o terrível mal que ocasionam ao povo, para o qual e tão somente deve existir os Governos, a classe privilegiada dos Intermediários, verdadeiros corrosivos da bolsa popular. Reconhecemos a necessidade de sua existência, mas condenamos a Quantidade e a Forma conforme atuam, deixando patente uma distribuição injusta da renda nacional.

A CICLO - Cia Brasileira de Serviços Fiduciários, opera em Curitiba, cobrando como "taxa de serviços de cobrança" 10 por cento de acréscimo quando a prestação mensal é paga em atraso, mesmo que o pagamento seja feito na empresa ou na loja que tenha vendido a mercadoria objeto da conta. O Cheque número 284083 do Banco do Estado do Paraná, na importância de Cr\$ 654,90, voltou sem fundos no dia 8 de dezembro de 1975, mas foi pago pelo emitente na própria empresa quatro dias depois.

Essa financiadora, além dos juros legais, acrescentou a multa de 10 por cento. A documentação está anexa. Mas não fica somente nisto, essa empresa cobra juros normais e, aumenta invariavelmente a multa de 10 por cento, como "taxa de serviços de cobrança, quando o carnet é pago com atraso.

Anexamos também documentação que comprova a mesma norma de atuação da financiadora das Organizações JUMBO, desta Capital, que além dos juros referentes ao período em atraso, acrescenta mais 10 por cento, sangrando e ofendendo o nosso povo, que forçosamente permanece calado e impotente diante da força descomunal do poder econômico dos "sanguesuga" do decente empresariado nacional.

A recessão deve começar com a punição desses inflacionadores perniciosos.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, satisfeitas as formalidades regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao

Excelentíssimo Senhor Deputado Arnaldo Busato, Digníssimo Secretário de Saúde do Estado, solicitando informações das razões que levaram aquela Secretaria a transferir o médico que prestava serviços no Posto de Saúde da cidade de Nova Esperança, requerendo ainda o imediato preenchimento do cargo por outro médico, para atendimento àquele Posto de Saúde.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

**JUSTIFICATIVA:**

Nova Esperança é um dos municípios da maior expressão demográfica de nosso Estado. Conta há muitos anos com um Posto de Saúde que vinha funcionando regularmente. Porém, já a cerca de quatro (4) meses, a Secretaria de Saúde, por motivos que desconhecemos, transferiu o médico que dava atendimento ao Posto, sem no entanto nomear outro que o substituisse. O problema torna-se grave, em razão de que, toda vez que qualquer cidadão necessite de obtenção de atestado ou carteira de saúde, tem que deslocar-se para as cidades de Alto Paraná ou Mandaguáçu, onerando sobremaneira o já sofrido bolso do trabalhador de Nova Esperança. Como não existe justificativa para a persistência do problema, é que, confiança no alto espírito público do Senhor Secretário de Saúde, ficamos no aguardo das imediatas providências para a solução do problema.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivan Ruppel.

O SR. IVAN RUPPEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias atrás fez uso desta tribuna o eminente Deputado Gabriel Manoel, para oferecer críticas e apontar possíveis irregularidades ocorridas no município de Cambará, envolvendo o nome de João Carulla, Delegado de Polícia naquela comarca e também de Mário Conselvan, Prefeito Municipal daquele município. Disse, naquela oportunidade o eminente Deputado Gabriel Manoel, entre outras coisas, o seguinte: “o que acontece é que naquela cidade está campeando a corrupção, está campeando a arbitrariedade por intermédio de um Delegado de Polícia que, com dois inquéritos, dois processos, continua ainda como titular daquela pasta, e esse Delegado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para vergonha nossa, como representantes dos arenistas, pertence ao nosso Partido.”

Naquela oportunidade ainda, S. Exa. o Deputado Gabriel Manoel solicitou, com as seguintes palavras: “vimos com a devida humildade, neste instante, para demonstrar que este delegado não é digno e para demonstrar a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública que tome as providências necessárias, para que faça uma sindicância que este Delegado que representa uma cidade como Cambará, altamente politizada, está envergonhando o Paraná e o nosso Partido”.

Afirmou mais S. Exa. o Sr. Deputado Gabriel Manoel, reafirmando que “é um Delegado corrupto e que seu filho faz baderna e atira na calada da noite sob o beneplácito de toda a plúcia, precisando o Juiz de Direito ir ou vir a chamar a atenção e abrir mais um inquérito contra aquele Delegado que está envergonhando as hostes arenistas do Norte do Paraná”.

Asseverou ainda S. Exa. o Deputado Gabriel Manoel: “Chamamos a atenção também de S. Exa. o Prefeito Municipal de Cambará que por infelicidade nossa, pertence à Arena, um Prefeito corrupto que está com suas contas não aprovadas no Tribunal de Contas e na Câmara de Vereadores”.

Disse mais S. Exa. o Sr. Deputado Gabriel Manoel:

“Queremos denunciar este fato e pedir a S. Exa. o Secretário de Segurança Pública que faça uma sindicância, em Cambará e veja que o Prefeito é corrupto e que o Delegado é mais corrupto ainda”.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quando usamos da tribuna, respeitamos V. Exa. como digno representante de Cambará, e omitimos seu nome por questão de ética, porque a dignidade de V. Exa. é inatingível.

Só pediria venia para esclarecer a V. Exa. que quando dissemos que o Delegado João Carulla é corrupto, nós vamos provar, como provará toda a população de Cambará, como provará todo o comércio e como, também, poderá provar o atual componente do Tribunal de Contas, ex-Secretário do Interior e Justiça, Zacarias Seleme.

Quando fiz o meu discurso, denunciando um fato estarrecedor e triste para a nossa agremiação, nem sequer, de leve, toquei no nome de V. Exa. porque sempre o respeitei como colega, como parlamentar e como digno representante da ARENA de nossa região.

Na época quando Cambará pertencia ao meu comando político, levamos o nome de João Carulla à apreciação do ex-Secretário do Interior e Justiça, Zacarias Seleme e do ex-Secretário de Segurança, Mário Carneiro Portes, e fui informado que aquele nome não poderia ser apreciado, por João Carulla estava envolvido em inquérito.

Aspós isto, Srs. Deputados, Srs. componentes da Comissão Diretiva, e todo o Paraná deve saber, houve uma falência fraudulenta desse mesmo João Carulla. Ele, na calada da noite desviava mercadorias de seu estabelecimento para o sítio de um amigo e as vendia. E agora está V. Exa. defendendo um Delegado fraudulento que teve uma falência fraudulenta que é do conhecimento da população e do comércio de Cambará. Por este motivo não admito que V. Exa. venha a essa tribuna para defender um Delegado corrupto.

Neste momento, Sr. Presidente, vou requerer o testemunho do ex-Secretário de Segurança Pública, Mário Carneiro Portes e do ex-Secretário do Interior e Justiça, hoje Procurador do Tribunal de Contas, Zacarias Seleme, que afirmaram que o Delegado era corrupto e ladrão.

Agora vem V. Exa. com sua habilidade e tranquilidade, com esta falta de memorização, quer defender um delegado que na calada da noite desvia mercadorias de seu estabelecimento para requerer uma falência fraudulenta, do que, o Juiz de Direito é testemunha, do que são testemunhas os moradores de Cambará, delegado este que as vendeu, ou se vendeu não sei para quem, que ele apoiou, porque eu não pude pagar o preço que ele precisava, prefeito este que teve suas quotas não aprovadas pelo Tribunal de Contas. É com sentimento que digo isto a V. Exa. Esses papeluchos que V. Exa. tem em mãos, para mim nada valem, para mim vale a realidade, Deputado Ivan Ruppel, e, peço que V. Exa. saiba como se conduz, ao defender um homem que deveria estar atrás das grades, um homem conivente com os ladrões daquela região, um arenista que envergonha o nosso Partido.

Vamos pedir uma sindicância, e vamos requerer a esta Assembléia, o testemunho de Zacarias Seleme, o testemunho do General Mário Carneiro Portes, para que se saiba que houve um engano, nem sequer tocamos no nome de V. Exa. e nos responsabilizamos pelo discurso que proferimos. E digo a V. Exa.: cuidado com o seu pronunciamento, para não ser conivente com os corruptos.

O SR. IVAN RUPPEL — (Lê):

“Naquela oportunidade ainda, Sua Excelência o Deputado Gabriel Manoel pedia, finalmente (e são suas as palavras porque estão transcritas aqui) “Pedimos que seja levado este fato a Sua Excelência o Sr. Secretário, para que não campeie a

baderna na pacata cidade de Cambará, onde o filho do Delegado é apadrinhado pelo Prefeito Municipal, e que seja afastado o Delegado de Polícia para que não envergonhe o povo humilde e trabalhador daquela região”.

Ocorre que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo respeito que temos pelos 53 Deputados que têm assento nesta Casa, nós podemos identificar, reconhecemos esta identificação mas nunca, mais autoridade e maior empenho do que o nosso em procurar impor, com o nosso trabalho e com as nossas atitudes, o império da correção, da decência no exercício da função pública.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora conhecendo profundamente o quilate moral e a integridade funcional do Sr. Prefeito Municipal de Cambará, bem como do Sr. João Carrulla — Delegado de Polícia daquele município — em desagravo às ofensas e injúrias injustas assacadas contra o exercício das suas funções, cercamo-nos de documentação, que hoje trazemos ao conhecimento desta Casa, que passaremos a expor:

Em nosso poder temos uma resposta ao ofício que dirigimos ao Sr. Secretário, vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Através do presente, tomo a liberdade de me dirigir a V. Exa., no sentido de solicitar sejam enviadas a este Gabinete, informações sobre a atuação do Delegado de Polícia de Cambará, cujo titular é o Sr. João Carrulla.

Prende-se, Sr. Secretário, esta minha solicitação, ao fato de que aquele Delegado vem sofrendo críticas cuja veracidade é de meu interesse conhecer.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os meus protestos de consideração e apreço”.

Em resposta a este nosso ofício, temos em mãos e passaremos a ler, a resposta da Secretaria de Segurança: (Lê):

“Senhor Deputado.

Em atenção ao ofício de V. Exa., datado de 11 do corrente, referente à atuação do titular da Delegacia de Cambará neste Estado, Sr. João Carrulla, brasileiro, casado, agricultor, cumpro-me informar o que se segue:

O Sr. João Carrulla, designado pela Resolução Secretarial sob número 931, de 15 de maio de 1975, para Delegado de Polícia do Município de Cambará, conforme dados colhidos na Diretoria da Polícia Civil, órgãos competentes para esta faixa informativa, nada consta que o desabone em sua atuação à frente da Delegacia de Polícia de Cambará, até a presente data.

Outrossim, informo a V. Exa. que não há pronunciamento até a presente data, do MM. Juiz de Direito, nem do Ministério Público, órgãos esses os mais interessados na boa atuação da Polícia local, razão pela qual não temos conhecimento de qualquer irregularidade praticada por aquele Delegado.

Nesta oportunidade, apresento a V. Exa., meus protestos de estima e apreço.

Moupir Amaral — Chefe de Gabinete”.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. IVAN RUPPEL — Eminentíssimo Deputado Gabriel Manoel, concederei quantos apartes V. Exa. desejar, mas eu vou fazer um pedido a V. Exa. e espero ser atendido. V. Exa. permita que termine meu pronunciamento e depois concederei quantos apartes V. Exa. quiser.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quanto a esta informação ... (É interrompido).

O SR. IVAN RUPPEL — Eu já decidi que será assim. Eu tenho em mãos também uma certidão do Cartório do Crime e Registro Civil e Anexos, que diz o seguinte:

“CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada e para os devidos fins, que, revendo em o Cartório do Crime, o Júri e Execuções Criminais, a meu cargo, os livros rol dos culpados,

livros de registro de autos e de sentenças criminais, bem como os autos de processos crimes, arquivados e em andamento, até a presente data, dos mesmos verifiquei nada constar em desabono à pessoa de JOÃO CARULLA, brasileiro, casado, Delegado de Polícia, filho de Jacinto Carrulla e de Dona Tereza Carrulla, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Cambará, Estado do Paraná.

O referido é verdade e dou fé. Cambará, aos onze dias do mês de novembro de 1975. Eu, Luiz Carlos Biaggi, Escrevente Juramentado do Crime, Júri e Exec. Criminais, que datilografei, conferi, dou fé e assino.” LUIZ CARLOS BIAGGI. - Escrevente Juramentado”.

Também um Ofício da Câmara Municipal de Cambará.

“Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa, um Ato de Desagravo, pelas declarações do Deputado Estadual da ARENA, Sr. Gabriel Manoel, publicada na “Folha de Londrina”, edição do dia 07/11/75, às folhas número 6, requerido pelo Vereador da ARENA, Sr. João Rodrigues Ferreira.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de estima e consideração.

Cordiais saudações.

RONALDO REBELATO — Presidente”.

Também temos do Diretório Municipal da Arena: (Lê):

“Sr. Deputado. Pela presente encaminho a V. Exa. fotocópia da ata da reunião extraordinária do Diretório Municipal da Arena de Cambará, onde foi aprovada um Ato de Desagravo, pelas declarações do Sr. Deputado Estadual Gabriel Manoel, publicadas na “Folha de Londrina”.

Nada mais havendo a tratar, deixamos aqui protestos de elevada estima e consideração.

Saudações Arenistas

Antonio Conselvan Neto”.

Com respeito às acusações feitas ao Prefeito Municipal alegando que as suas contas não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas também requeremos e temos em mãos uma certidão do Tribunal de Contas do Estado. Entre outras coisas diz o seguinte: (Lê):

“Conclui-se que a prestação de contas do Município de Cambará, referente ao exercício de 73, está irregular, do ponto de vista técnico contábil. E dia mais:

Que o saldo-caixa/Banco, estão confirmados pelo Termo de voneferência de “caixa e conciliação bancária, anexo”.

Vê-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se trata positivamente de corrupção administrativa, e sim, de desconhecimento contábil, e que não houve de forma alguma, roubo, por parte da administração municipal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como não poderia deixar, de ser, o pronunciamento de S. Exa. o Deputado Gabriel Manoel proferido com infelicidade, ocasionou o maior repúdio.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, pelo pedido de ordem, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

Porque todo pronunciamento do deputado, deve ser considerado feliz para alguém, e infeliz para outros. Eu só pediria a V. Exa. que o nobre orador se restringisse no seu pronunciamento, ele que apenas, procure dirimir as dúvidas, mas sem atacar os companheiros desta Casa, dizendo que muitas vezes, fomos infelizes, para ele, mas não fomos infelizes para o MDB.

O SR. IVAN RUPPEL — Os fatos que trouxemos ao conhecimento da Casa, Sr. Presidente, contrapõe-se integralmente, ao pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel.

Naquela ocasião, o conceituado órgão de imprensa “A

Folha de Londrina", em cumprimento à sua função normativa, publicou o pronunciamento do nobre Deputado Gabriel Manoel. E por coerência, como também por um dever de plena justiça, solicitamos ao representante daquele órgão de imprensa nesta Casa, a publicação deste nosso pronunciamento, em defesa daqueles que foram injustamente acusados.

Eminente Deputado, Gabriel Manoel, V. Exa. em seu aparte, disse e tornou a afirmar, que o Delegado é corrupto, e uma série de coisas, que não me convém citar agora.

Mas, eu pergunto a V. Exa. como ocorreu estes fatos, este cidadão já não era suplente de delegado, que por diversas vezes assumiu aquela delegacia, quando V. Exa. era o representante daquele município nesta Casa?

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pois é isso que entristece. É isso que entristece, os elementos que lutam pelo bem estar, dentro de um complexo normativo, pelo bem estar do Paraná, e pela tranquilidade do povo.

E neste instante, quero dizer a V. Exa. que V. Exa. peca, quando acusa o colega seu de leviano. Porque é por este motivo, que eu venho a esta tribuna, porque quisemos botar o Sr. João Carulla, como delegado de Polícia. E para tristeza nossa e dos arenistas, que não compramos cabo eleitoral com dinheiro, tivemos a insatisfação de ver um companheiro nosso, João Carulla, que era suplente de Delegado de Polícia, e Presidente da Arena, acusado por S. Exa. no testemunho do Sr. José Ribas de Carvalho, naquela época, Vereador de Cambará, Acusado, com farta argumentação, por S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, acusado com farta argumentação, por V. Exa. o Sr. Zacarias Ernani Seleme, naquela época, Secretário do Interior e Justiça do digno Governador Emílio Gomes.

Nobre Deputado, temos o testemunho do Juiz de Cambará gostaria que V. Exa. nos toruxesse uma declaração de S. Exa. o Dr. Josué, que João Carulla, não é corrupto. E se isso acontecer, nobre Deputado, virei à tribuna pedir desculpas a V. Exa. Mas, agora, peço a V. Exa. que fizesse um levantamento das firmas que esse homem, que V. Exa. defende, deu prejuízos.

O SR. IVAN RUPPEL — Quando V. Exa. era o Representante de Cambará, nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANEOL — Quero complementar meu aparte e V. Exa. me cassa a palavra.

V. Exa. veja que o homem que tinha uma falência fraudulenta, transfere suas mercadorias para o sítio de um amigo e pagou aos que devia com essas mesmas mercadorias. V. Exa. é bom médico mas mau advogado. V. Exa. diz que as contas do Prefeito que defende foram aprovadas pelo Tribunal de Contas.

Faço uma pergunta aos Vereadores, ao Presidente da Câmara Municipal de Cambará, se essas contas foram aprovadas no período de 74/75. Então, nesse caso, se faz necessário o AI-5, para prevalecer a Lei em Cambará. V. Exa. vem à tribuna defender um Prefeito corrupto. Eu admiro V. Exa. nobre Deputado Ivan Ruppel, V. Exa. no meu conceito é tão brilhante e ilustre como os demais Srs. Deputados deste plenário, mas, neste momento, V. Exa. está "misturando alhos com bugalhos".

Talvez V. Exa. tivesse as condições de conseguir empréstimo para uma firma falida.

Pergunte, nobre Deputado, aos 5 Vereadores do MDB, se esse Prefeito que V. Exa. defende com tanto ardor, com tanto brilhantismo, se não os traiu. V. Exa. está sendo instrumento para o homem que traiu seu Partido. Mas, V. Exa. tenha cuidado, porque os fatos se repetem: V. Exa. poderá ser traído por esse homem. Porque, esse Prefeito traidor que V. Exa. defende, esse Prefeito que saiu do seu Partido para se locupletar, para aproveitar os empréstimos, por intermédio da ARENA. Esse Prefeito, eu digo a V. Exa., é um traidor. E se V. Exa. me provar o contrário, deixarei meu mandato.

Pergunte ao povo que o elegeu, pergunte aos 5 Vereadores do MDB que o elegeram, se ele não pode ter a pecha de "traidor"?

Agora, o que mais sinto, o que mais me sensibiliza, nobre Deputado, é ver V. Exa., nesta tribuna, defendendo um traidor. Defender um homem que traiu o seu povo; que traiu a sua legenda; que traiu o seu Deputado, e por certo, há de trair V. Exa.

O SR. IVAN RUPPEL — Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo, porque V. Exa. tem a grande felicidade que eu não tenho: as palavras brotam facilmente, mas são só palavras. E eu tenho fatos, tenho certidões, tenho declarações.

V. Exa. chama o Prefeito de Cambará de traidor. Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. não fez parte do grande Partido, PTB? E depois não passou para outro Partido?

O SR. GABRIEL MANOEL — Passei quando o PTB já estava extinto.

O SR. IVAN RUPPEL — V. Exa. diz que os homens estão denegrindo a ARENA.

Lembro a V. Exa., que naquele município, a ARENA, no âmbito estadual, fez mais de 80 (por cento) de votos. No âmbito federal, também com o nosso candidato a Senado, João Mansur, fez mais do dobro do ilustre Senador eleito pelo MDB, Leite Chaves.

O que V. Exa., quer mais? V. Exa. vem com palavra fácil mas não prova nada. Temos certidão de Cartório de Crime que diz tudo, e não vamos por que V. Exa. parece ter ódio do Sr. João Carulla, porque ele não apoiou V. Exa., a Deputado Estadual.

O povo de Cambará está satisfeito, tanto com o Prefeito, como com o Delegado, porque acho que Cambará, sem querer desmerecer os outros municípios do Paraná, é um município onde impera o progresso, a ordem e a lei.

Portanto, não concordo com as palavras de V. Exa., respeito-as mas não concordo.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Ivan Ruppel, não quero interferir no aspecto doméstico do assunto que V. Exa., com o brilho que é peculiar a sua pessoa, está focalizando de sua tribuna. Entretanto, nós, em relação aos conceitos emitidos por V. Exa., sentimos-nos quase que constrangidos a esse aparte, a fim de que amanhã, o nosso silêncio não possa significar o contrário daquilo que realmente ocorreu, quando no exercício do cargo de Presidente do MDB, nos coube a levar a efeito.

Por isso, gostaria que V. Exa. me permitisse apenas esta observação: desconhecemos o aspecto das acusações que V. Exa. está rebatendo. Tratando-se de uma iniciativa de um ilustre Deputado desta Casa, Deputado Gabriel Manoel, cuja autoria lhe cabe, mas, sob o aspecto político, sendo esta Casa, na sua estrutura, de representação política, gostaria que V. Exa. me permitisse registrar, sem qualquer alevisia ao discurso de V. Exa., mas tendo em vista que V. Exa. se referiu ao quilate moral de Mário Convelsan e Ronaldo Rebelato, registro que Mário Convelsan não foi expulso do MDB, demitiu-se e ingressou em outro Partido e o Sr. Ronaldo Rebelato, em 16 de dezembro, na reunião do Diretório Reginal, foi expulso do MDB, por infidelidade partidária, realizada através de ato que praticou nas últimas eleições municipais.

Portanto, sob esse aspecto, e levando em consideração ainda que não temos nada de oficial dentro do nosso Partido, que o Sr. Mário Convelsan teria se bandeado de nosso Partido, em razão de um vultoso empréstimo que lhe teria sido concedido, nós também ignoramos se ele traiu o Partido, porque pretendia o empréstimo, ou porque lhe foi oferecido o empréstimo.

O SR. IVAN RUPPEL — Agradeço o aparte de V. Exa. mas apenas me permito dizer que quando me referi a Ronaldo Rebelato, foi

apenas porque esse cidadão é Presidente da Câmara de Vereadores em Cambará. Foi a única referência que fiz a Ronaldo Rebelato.

Quanto ao empréstimo a que V. Exa. se referiu, que não tem conhecimento se foi dado ou não, posso informar à Casa que também esse empréstimo não é de meu conhecimento. Jamais fui com o Sr. Mário Convelsan a Brasília, jamais participei com o Sr. Mário de qualquer conversação pleiteando empréstimo. Apenas queria, para terminar, dizer que toda esta documentação, que tive a felicidade de receber, foi enviada às autoridades federais e inclusive ao nosso Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pediria vênha ao meu grande e incondicional amigo Ivan Rüppel para esclarecer o seguinte.

Respondo à sua primeira pergunta, Pertenci, com muita honra, às hostes do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro. Só deixamos, o sem trair o nosso Partido, porque o Partido Trabalhista Brasileiro, foi dissolvido, como o foram os demais Partidos.

Não é privilégio da ARENA ter em seu seio elementos do PSD, da UDN, do PDC ou de qualquer outro Partido. A ARENA é composta pelos elementos que necessário se fizeram para compô-la. Pergunto ao Deputado Ivan Rüppel: Sou o único caso de trabalhista que se encontra na ARENA? Sou o único caso? Se acha que sou que vá à Presidência da ARENA, ao nosso digno companheiro Afonso Alves de Camargo Neto, e proponha a minha expulsão. Jamais ei de negar a minha tradição política. Sou trabalhista por excelência. Se algum dia o Partido Trabalhista Brasileiro voltar estarei pronto para responder "sim" porque não é de meu feitio trair companheiros.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Se estamos na ARENA hoje é porque o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido de Getúlio Vargas que derramou seu sangue pelo Brasil e pelo povo brasileiro, foi dissolvido.

Se V. Exa. quiser pode fazer uma sindicância na minha vida pregressa. Se estou desonrado a ARENA peça a minha expulsão porque jamais ei de negar a minha origem trabalhista. Saiba V. Exa. que pertenci, com muito orgulho, ao Partido Trabalhista Brasileiro. Se isto é desonra é para os covardes, para mim é uma honra e uma glória, porque covardes são os que não são autênticos, covardes são os que fogem de um passado.

Veja V. Exa. a minha vida pregressa — procurei, como humilde Prefeito e como Vereador do PTB em Joaquim Távora, dignificar os meus companheiros; na campanha de Nelson Maculam para Senador, tivemos uma vitória na região, porque nós procuramos dignificá-la.

Agora, para memorizar, Deputado Ivan Rüppel, não fui eu infeliz no meu pronunciamento, quando dizia que o Delegado de Cambará é corrupto; não fui eu infeliz, quando dizia que o Prefeito de Cambará é o vendilhão da corte; foi V. Exa. um infeliz, ao acusar o seu companheiro leal para a ARENA, de sua tradição política, que V. Exa. não pode negar.

Vou conceder aparte a V. Exa. neste instante, e quero que V. Exa. diga qual foi a desonra, qual a desonra de um Deputado haver pertencido ao glorioso PTB.

O SR. IVAN RUPPEL — Obrigado, nobre Deputado.

Apenas me referi ao fato de V. Exa. haver pertencido ao glorioso PTB, porque V. Exa. não se conforma em que um Prefeito do MDB passe para a ARENA. Se V. Exa. fez isto, porque um Prefeito não pode fazê-lo? O Prefeito de Congoninhas que também apoiou V. Exa. a que partido pertencia? O que ocorre, nobre Deputado, é que V. Exa., como eu disse e repito,

e torno a lhe cumprimentar por isto, de V. Exa. as palavras brotam fáceis, mas são injustas, e, o que nós trouxemos a esta Casa que é a expressão didedigna da verdade. E também não adianta V. Exa. querer me jogar contra os meus pares do MDB a quem muito respeito e de quem eu gozo de suas amizades, como dos demais representantes nesta Casa, do nosso Partido. E V. Exa. não vai conseguir isto, porque nós temos um nome a respeitar, somos homem íntegro, idôneos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Como V. Exa. quer que seu nome seja respeitado, eu também quero que o meu o seja. V. Exa. sabe perfeitamente, para memorizar, que, eu pertenci, não nego, com muita honra, ao PTB. Eu faço uma pergunta e gostaria que V. Exa. me respondesse em aparte, se, eu trai o meu Partido, se eu abandonei as hostes do meu Partido à procura de empréstimos, espúrios, se eu abandonei os meus companheiros de Partido, se eu trai, se eu procurei cassar companheiros de Partido?

O SR. IVAN RUPPEL — Nobre Deputado, as minhas palavras foram transcritas, nobre Deputado. Eu não o chamei de traidor nunca. Eu tive que fazer referência ao seu nome, porque eu fui obrigado a ler as palavras que V. Exa. leu nesta Casa. Eu jamais quis atacá-lo.

Agora, nobre Deputado, se V. Exa. quiser mudar as regras do jogo, eu mudo com V. Exa. Eu vim aqui, humilde e respeitosamente, mas, eu mudo as regras do jogo.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o orador, Deputado Gabriel Manoel, e continuo determinando à taquigrafia, que suprima todas as palavras ofensivas que possam ter sido trocadas entre os Deputados, orador e aparteante.

O SR. GABRIEL MANOEL — Se V. Exa. diz que falei com a verdade, seriam outras, as regras do jogo. Hoje é um dia de confissão, faça uma confissão, Deputado, faça uma análise de sua consciência, veja como disse, V. Exa. que eu havia saído do meu Partido, para ingressar na ARENA.

Eu pergunto a V. Exa.: quando nós, com honra, ingressamos na ARENA, existiam outros partidos, se não estavam dissolvidos?

Se quando com o Prefeito de Joaquim Távora recebemos então, propostas, se nós temos os nossos partidos, se nós temos os Vereadores que nos elegeram, se nós fomos procurar corromper embora sabendo que estávamos passando por uma fase difícil? Se nós traímos nossos companheiros?

Agora pediria a V. Exa., que retirasse a palavra "mentiroso". Porque V. Exa., se chama um seu colega de mentiroso, está faltando com a verdade é V. Exa.

Estou neste instante solicitando um pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública (Lê):

"Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de averiguar, se há ou não, algum processo, sobre o Senhor João Carulla, Delegado de Polícia de Cambará, bem como denúncias de corrupção.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1975".

E mais uma coisa, para informar a V. Exa., como legítimo representante de Cambará, as contas do Prefeito que V. Exa. defende não foram aprovadas pela Câmara Municipal. Se eu estiver mentindo, eu pedirei, com a ombridade que tem V. Exa., que peça desculpas se tem aquela coragem de dizer que errar é humano e perdoar é divino. V. Exa. peca quando quer defender o indefensável, V. Exa. peca quando quer acusar os companheiros que hoje estão na ARENA e que pertenceram ao MDB. Não vou me alongar mais, não vou falar aos companheiros de grande

escalão que hoje talvez pertençam à ARENA e pertenceram a outro Partido.

V. Exa. então está atacando os nossos companheiros, inclusive o nosso Presidente, é por isso que digo a V. Exa. que o bom sendo manda V. Exa. pedir vênha, pedir ao Deputado que V. Exa. atacou, por querer defender o que não tem defesa, por querer defender a traição. Foi a primeira traição ao povo que fez o Prefeito de Cambará e V. Exa. o tempo vai dizer, porque o tempo é o melhor conselheiro, também vai ser traído por este mesmo Prefeito e é isso que digo a V. Exa. e pedirei neste instante sob minha palavra de honra, que retire a palavra mentiroso e, então, estaremos com as relações rompidas e eu virei novamente a esta tribuna para trazer a verdade sobre Cambará, para trazer a verdade sobre os homens que enlameiam a nossa agremiação, sobre os vendilhões e responsáveis pela derrota da Arena nas eleições passadas e pelos homens que se não forem corrigidos, serão responsáveis pela derrota da Arena em 76 e 78, e quero dizer a V. Exa., Deputado Ivan Rüppel, V. Exa. com a sua formação cristã, com a sua bondade e com o seu coração incomensurável, ponha a mão na consciência e não acuse os velhos companheiros, que estão lutando por um só ideal e veja os corruptos, onde eles estão e separe, como disse, Cristo, o joio do trigo. Expulse os vendilhões do templo, para que V. Exa. também não

seja traído como foi traído um Partido por este Prefeito que V. Exa. tão arduamente defende; para que não seja traído como foram traídos 5 Vereadores do MDB, por este Prefeito que V. Exa. defende e trarei aqui na próxima Legislatura provas, papéis não encomendados, papéis concretos e irrefutáveis para que V. Exa. tenha que vir aqui, desta tribuna, ler a verdade, nem que para isto tenha que ter o sacrifício do homem, devo falar a verdade, porque nós encomendamos os papéis e ele virá, de acordo com a nossa encomenda. V. Exa. disse que não tem nenhum processo formal. Eu faço uma pergunta, existe ou não existe no cartório de Cambará correndo, processo contra João Carulla, correndo, que não deu entrada de delegado que aceita ladrão e solta ladrão na calada da noite e que aquele povo está sofrendo, está sofrendo a tirania de um Prefeito e de um Delegado corrupto, de um delegado vendilhão que se vende aos próprios ladrões, um delegado que periclitou o seu cargo quando ele soltou um ladrão a uma hora da madrugada e foi preciso dispensar o chefe do Distrito, Sargento Milton Teori, que está em Joaquim Távora aposentado. E tenho testemunha e tenho fatos concretos e não encomendados um delegado que compra mercadorias, faz uma falência fraudulenta, desvia a mercadoria para sítio de um parente e depois na calada da noite vem vender essa mercadoria. O que é isto, Deputado?

É esta a nossa agremiação...

O SR. IVAN RUPPEL — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

Me permita Deputado, mas os documentos estão em meu poder e V. Exa. também receberá uma cópia de cada um deles. Então, V. Exa. pede que eu volte atrás, eu não posso voltar atrás. O que V. Exa. disse foram meras palavras, e no nosso pronunciamento nós exibimos documentação que estão aqui em nosso poder, as autoridades do nosso Estado receberam cópia idêntica e o Presidente do nosso Partido também. Então só eu é que lhe faço a pergunta. Então será que o escrivão do Cartório do Crime de Cambará é um mentiroso? Será que a Câmara é mentirosa? Será que também é mentiroso o Presidente, nobre Deputado? Perdoe-me, mas eu continuo a dizer, vossas palavras que lhe bortam fácil, mas para a infelicidade sua, elas não dizem com a verdade.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. disse que não sabia que o Prefeito ia fazer um empréstimo, e que V. Exa. não foi à Brasília. Pelo que me consta, nobre Deputado, os empréstimos do Paraná, são feitos no Paraná. A não ser que sejam feitos por conveniências políticas.

O SR. IVAN RUPPEL — V. Exa. afirmou que eu teria ido a Brasília com o Prefeito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nós nem sabíamos e nem tocamos no nome de V. Exa. Só dissemos que ele pleteou um empréstimo, mas não dissemos se foi em Brasília. V. Exa. tem conhecimento de causa, V. Exa. está defendendo o indefensável.

Pergunto a V. Exa., Pergunte aos Vereadores que hoje compõem a Câmara em sua maioria, em Cambará. Pergunte aos Vereadores, que ele procurou comprar, corromper, os Vereadores leais, do MDB, pergunte, ao Vice-Prefeito, pergunte ao povo de Cambará, pergunte a (PEC por quanto ficou a iluminação pública, pergunte a Companhia de Asfalto, em quanto ficou o asfaltamento. E pergunte aos altos esclaões que fizeram um empréstimo para a firma conservar a mesma em Companhia, se esses empréstimos foram pedidos aqui, pelas agências competentes, e se não teve a tutela política, daí, V. Exa. vai me chamar de mentiroso.

Eu não estou mentindo, Deputado Ivan Rüppel, estarei aqui se Deus quiser, para a felicidade de meus filhos, com as provas contundentes, para que V. Exa. veja, que tripudiar sobre um companheiro que está com a razão, está falando a verdade, sobre um companheiro que quer apenas que a ARENA seja respeitada. Que saiba todo o Paraná, que saiba Cambará, que V. Exa. está contribuindo para a derrota da ARENA no município do Paraná.

O SR. IVAN RUPPEL — É pensamento de V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Esse é o pensamento do povo, do povo digno, que não é corrupto, o pensamento do povo que aquele povo humilde, de mãos calosas que o seu Prefeito traiu; aquele povo, que o seu Prefeito levou nas costas uma bandeira do MDB e na primeira encruzilhada traiu, como vai trair V. Exa.

E é por isso, que eu digo, que V. Exa. falta com a verdade.

O SR. IVAN RUPPEL — Excelência, eu não falto com a verdade, eu tenho documentos, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. bem o fez, com o seu tirocinio político dizendo que eu pertencia ao MDB. E daí? é desonra pertencer ao MDB?

O SR. IVAN RUPPEL — Absolutamente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então, como vem V. Exa. me jogar esta pecha, que não seja o MDB, acertos com o eminente Governador Ney Braga, para dar suporte ao seu Governo, naquela época quando nós éramos Prefeito. Talvez o Governador Ney Braga fez corrupção. Talvez isso fosse corrupção, em ter na bancada do seu Governo, o glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, o partido que está procurando dar sustentáculos e procurou dar sustentáculos honestamente ao trabalhador.

V. Exa. acha isto desonra? Acha que é desonra, um Deputado ter pertencido ao MDB? e quando eu vim para ele eu era um simples cidadão tavorense. Eu carreei 18.700 votos na primeira eleição, 24 mil votos na segunda e 25.700, não foi traindo o meu partido, porque o meu partido já não existia, não foi mentindo para o povo, não foi botando cheque no bolso de cabo eleitoral. Eu vim para as hostes da ARENA para carrear porque eu achei que a ARENA era a solução.

Achei que naquela época, o Governador Paulo Pimentel, precisava de um sustentáculo. Como pode V. Exa. acusar um companheiro, acusar um Deputado, que pertenceu ao MDB e estar hoje na ARENA.

Como podemos nós, acusar um deputado...

O SR. IVAN RUPPEL — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

V. Exa. está desvirtuando minhas palavras. Mas, felizmente,



temos testemunho dos nobres Deputados e as anotações das taquígrafas. Jamais condenei V. Exa., condenei o MDB. V. Exa. quer confundir. Mas, felizmente, V. Exa. não vai confundir ninguém, nem a mim, nem a ninguém.

Esta Casa tem homens ilustres, capazes que não vão se deixar confundir por V. Exa.

V. Exa. diz palavras dizendo que eu falei. Eu apenas me referi ao fato de que V. Exa. condenava um Prefeito de ter passado de um Partido para outro. Mas, V. Exa. também fez isso, passou do PTB para a ARENA. Mas, com a permissão de V. Exa. vou dar por encerrado esse episódio e vou me retirar. Aliás, esta Casa é muito séria e V. Exa. não está agindo seriamente.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. não tem coragem de permanecer nesta Casa.

O SR. IVAN RUPPEL — Tenho coragem para isso e para muito mais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero que V. Exa. me responda se quando ingressei na ARENA existia PTB?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao Deputado Gabriel Manoel que resta apenas um minuto para encerrar a Hora do Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero dizer a V. Exa. Deputado Ivan Rüppel, que V. Exa. data vênua, consulte o Juiz de Direito que está hoje em Cambará, e aquela autoridade jurídica a de dizer a V. Exa. que o Delegado de Cambará é corrupto, e que V. Exa. está defendendo coisa indefensável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Ivan Rüppel, a História vai dizer quem está mentindo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 104/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando execução a nível Estadual, do Subprograma de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes - AGIPLAN. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde, e Bem Estar Social, no sentido de que informe das razões que levaram aquela Secretaria a transferir o médico que prestava serviços no Posto de Saúde de Nova Esperança. — Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda e às Comissões de Finanças do Congresso Nacional, formulando protesto pela falta de medidas do Governo Federal na contenção dos abusos que vem sendo praticados no setor de serviços de crédito ao consumidor. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de exigir rigorosa fiscalização, quanto ao cumprimento dos preços mínimos estabelecidos para o produto agrícola, na região oeste do Paraná, mais precisamente no município de Palotina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de averiguar, se há ou não, algum processo sobre o Sr. João Carulla, Delegado de Polícia de Cambará, bem como denúncias de corrupção. — PAROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 62/75.

Levanta-se a Sessão.